

# **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL**

Izabel Christina Marques – MSc<sup>1</sup>

## **INTRODUÇÃO**

Os esforços realizados no decorrer dos últimos séculos para aumentar as possibilidades de educação no Brasil são contrastantes. Embora tenha havido algumas tentativas de mudanças no cenário educacional por meio de reformas do ensino, poucas alterações foram implementadas. Iniciativas de ampliação da alfabetização vêm progredindo, mas a passos lentos e com enormes diferenças regionais. No momento, percebemos uma ação mais concreta no sentido de oferecer uma instrução pública aos indivíduos das camadas mais humildes da nossa sociedade, e mesmo assim, milhões de pessoas ainda estão privadas de um dos direitos mais elementares da cidadania.

É necessária uma ação conjunta, envolvendo a sociedade em geral, para abranger ao máximo a população de analfabetos, permitindo-lhes o acesso à língua escrita, sobretudo em uma sociedade heterogênea como a nossa que distância da vida das famílias da classe baixa, as matérias da escola – ler, escrever e contar.

Nesse sentido, faz-se necessário possibilitar que a alfabetização extrapole o simples aprendizado da leitura, da escrita e das operações aritméticas, permitindo uma apropriação de conhecimento que capacite à integração econômica, social e política do indivíduo e, como consequência, de seu grupo social.

A fim de trazer à luz a história pregressa da Educação no Brasil, sobretudo o percurso do ensino fundamental e da alfabetização de jovens e adultos, teceremos algumas considerações sobre a educação brasileira no decorrer dos diversos períodos da nossa História, a saber, o Colonial, o Pombalino, a Época Monárquica e a Imperial, o Período Republicano, o Ditatorial e o Contemporâneo.

## **HISTÓRICO**

### **1. A Educação dos Jesuítas no Brasil Colonial**

O processo de educação escolar no Brasil está marcado pela exclusão das camadas populares da sociedade. Numa breve retrospectiva histórica, podemos verificar que, com a chegada dos jesuítas, em 1549, teve início à preocupação com o ensino no País. Segundo Aranha (1989), os missionários fizeram funcionar,

---

<sup>1</sup> Faculdade de Educação Thereza Porto Marques – Jacareí (SP) – Brasil – E-mail: secfac@faetec.br

na recém-fundada cidade de Salvador, uma escola “de ler e escrever”, que foi a origem do processo da criação de escolas elementares. O processo de educação foi caracterizado pelo dualismo: por um lado, a instrução dos índios, com o objetivo de divulgar a doutrina católica, instruindo e catequizando para a conversão ao catolicismo e para a servidão, atendendo à política colonizadora portuguesa e, por outro, como comenta Moll (1997), servindo como instrumento fundamental na formação da elite.

Desde o início do processo de colonização, o saber é mantido como privilégio nas mãos de alguns em detrimento da maioria. Para a elite, um saber elaborado, e para a população nativa e filhos de colonos, um saber rudimentar, configurando um caráter elitista na distribuição do conhecimento. Além disso, Romanelli (1998) relata que o objetivo prático da ação jesuítica, que era o recrutamento de fiéis e servidores, fora atingido pela ação educadora; a catequese assegurou a conversão da população indígena e foi levada a cabo em escolas elementares para os filhos dos índios, os curumins, e se estendia aos filhos dos colonos, o que garantia a evangelização destes.

Considerando a resistência das gerações mais velhas e buscando subverter formas tradicionais de educação indígena, os jesuítas dedicaram muitos esforços à instrução dos meninos. Mesmo assim, se depararam com muitas dificuldades para compatibilizar seus esforços com as rotinas do cotidiano dos jovens alunos. Nos primeiros anos da catequese, os meninos acompanhavam as lições de religião, alfabetização e música durante três ou quatro horas por dia, uma vez que tinham outros afazeres, como a caça e a pesca. Tais ensinamentos, segundo Monteiro (1999), deveriam ser passados, à noite, para a geração mais velha. Mesmo com esse programa intensivo, para desagrado dos jesuítas, os jovens seguiam os costumes dos anciãos.

Para Aranha (1989), a tendência da educação jesuítica foi de separação entre os catequizados e os instruídos, a ação sobre os índios se resume na cristianização e na pacificação, tornando-os dóceis para o trabalho escravo, enquanto com os filhos dos colonos, a ação tende a ser mais efetiva, exercendo-se além da escola elementar de ler e escrever.

Quanto ao desdobramento dessa tendência elitista, Werebe (1997) relata que as crianças negras não tinham acesso às escolas. Tanto os sacerdotes quanto os senhores consideravam desnecessário educá-las e até mesmo evangelizá-las. Apenas os mulatos, já no século XVI, por ordem expressa do rei de Portugal, deveriam ter direito à educação escolar.

Constatamos que a obra de catequese, que, em princípio, constituía o objetivo principal da presença da Companhia de Jesus no Brasil, passa a privilegiar educação de elite, firmando-se durante o período em que permaneceu no Brasil. A educação jesuítica durou até 1759, quando o Marquês de Pombal determina a expulsão dos jesuítas, considerados conservadores e acusados de estar voltados apenas para o reforço de seu pelotão de padres e de priorizar o uso de outras línguas (o latim, principalmente) e não o vernáculo nacional.

Segundo Freire (1993), ao serem expulsos, os jesuítas nos legaram um ensino de caráter literário, verbalista, retórico, livresco, memorístico, repetitivo, que estimulava a emulação por meio de prêmios aos vencedores e castigos corporais aos considerados pecadores. Enclausurando os alunos em preceitos e preconceitos católicos, inibiram-nos de uma leitura do mundo real, tornando-os cidadãos discriminatórios, gerando elites capazes de reproduzir na sociedade contrastes e discrepâncias, dos que tudo sabem e podem e dos que a tudo se submetem. Inculcaram a ideologia do pecado e das interdições do corpo.

Para Werebe (1997), a influência da ação educativa dos jesuítas ultrapassou os limites do período em que tiveram no Brasil. Essa ação marcou nossa cultura, não apenas em termos de propagação do catolicismo, mas também pela orientação religiosa que imprimiram ao ensino, mesmo tendo sido caracterizada por uma orientação rígida, dogmática, anti-científica, acanhada, voltada para os interesses religiosos e políticos da Companhia.

## **2. O Período Pombalino e a Reforma do Ensino Elementar**

Como a igreja ficou circunscrita nos seus verdadeiros limites, por ser considerada necessária, os jesuítas foram afastados do ensino. Assim, a questão que estava em jogo era saber quem, afinal de contas – a Igreja ou o Estado –, determinaria os métodos e o conteúdo dos processos educativos, uma vez que se desejava uma cultura moderna, sob a égide do Estado secular, e também sobre uma base espiritual, religiosa. Têm início as reformas pombalinas da educação. A reforma dos “estudos menores” foi iniciada pelo Alvará de 28 de junho de 1758; em anexo ao Alvará, vinham as instruções para os professores das disciplinas, que passariam por um exame de suficiência que os habilitaria a lecionar.

No entender de Freire (1993), a fase pombalina representa um retrocesso no campo educacional para o Brasil, que ficou treze anos sem escolas, quando os cursos seriados dos jesuítas foram substituídos pelas aulas avulsas, dadas, na maioria das vezes, por professores leigos, improvisados; essa educação leiga era dada nas

próprias casas, com conteúdos sem continuidade nem integração entre as disciplinas estudadas. Um ponto positivo das reformas foi à valorização e o conseqüente estudo da e na língua vernácula – o português, no lugar do latim, língua até então dominante e privilegiada no currículo dos jesuítas. Com a educação pombalina, houve a oficialização do ensino como função do Estado português no Brasil, financiado pelo subsídio literário, criado em 10 de novembro de 1772 para criar fundos para o ensino fundamental e médio.

O caráter elitista, apontado anteriormente, torna-se evidente também nesse momento histórico. Segundo Moll (1997), a preocupação central dos dirigentes estava voltada para a formação de uma elite colonial (masculina), modernizada, que articulasse melhor as novas atividades internas da colônia e os interesses da camada dominante de Portugal, uma vez que a política colonial, com referência ao Brasil, precisava conquistar capital para a superação da fase mercantil e o ingresso na fase industrial. Portanto, necessitava de mão de obra especializada para a formação do comerciante e do industrial. A escola deixava de servir à igreja e passava a servir ao Estado.

### **3. A Educação Fundamental nas Épocas Monárquica e Imperial**

Com o estabelecimento no Rio de Janeiro, em 1808, da Coroa Portuguesa no Brasil, segundo Freire (1993), houve uma preocupação imediatista e profissionalizante com o ensino para preparar pessoal que deveria servir aos novos quinze mil habitantes da nova sede do reino. Nesse período, denominado joanino, e que durou até 1822, o ensino fundamental e o médio continuaram com as aulas avulsas, porém crescendo em quantidade devido ao fato de os serviços públicos terem sido ampliados. Assim, o Brasil emerge para a Independência com uma população analfabeta, e com uma escola desestruturada e sem nenhuma iniciativa.

No período do Império (1822–1850), com relação ao ensino elementar, poucas coisas mudaram, e a situação se tornou ainda mais caótica. Como não havia exigência de conclusão de curso primário para ter acesso a outros níveis, a elite educa seus filhos com preceptores em suas casas.

Nessa época as funções atribuídas à educação, na sociedade brasileira, eram exercidas sem a ação educacional do Estado, em contraste com a estatização implantada na Colônia por força da reforma de Pombal. Segundo Madeira (1992), neste contexto, a alfabetização das massas não poderia constituir-se num objetivo dessa sociedade. Não havia uma classe operária, e não se cogitava dar educação aos trabalhadores escravos.

Durante o Império, o ensino elementar foi negligenciado. Por determinação da Constituição de 1824, a responsabilidade pela estrutura, pela organização e manutenção dos ensinos primário e secundário passou a incumbir às províncias. O ensino primário era pouco difundido, entre outras, pelas seguintes razões: os orçamentos provinciais eram escassos; os escravos eram proibidos de frequentar a escola; e o curso primário nem mesmo era exigido para o ingresso no secundário. A educação escolarizada transmite apenas conteúdos alienados e de concepção elitista, sem seqüência no aprendizado, ainda exclui da escola o negro, o índio e quase a totalidade de mulheres gerando assim um grande contingente de analfabetos (Freire, 1993).

A herança educacional recebida pela República foi de um ensino primário deficiente, com um corpo docente, em geral, leigo ou mal preparado, com uma forte participação do clero no ensino.

#### **4. O Início dos Tempos Republicanos e o Ensino Elementar**

O ensino elementar teve, no início dos tempos republicanos, pela primeira vez, um espaço de discussão garantido. Discutia-se a falta de recursos por parte das províncias, e, sobretudo, a falta de professores primários. Na Primeira República, foi decretada, em 1890, a reforma Benjamin Constant, orientada por princípios de liberdade e laicidade do ensino, gratuidade da escola primária e descentralização do sistema educacional (Xavier, 1994). Segundo o anuário estatístico do Brasil, em 1936, o índice de analfabetismo da população em 1890 era de 85%, e em 1900 e 1920 o índice passa para 75%, para todas as idades. (Ribeiro, apud Mol, 1997, p. 21).

No governo de Getúlio Vargas, foram criados o Ministério de Educação e Saúde e o Conselho Nacional e os Conselhos Estaduais de Educação. A Carta Magna de 1934 determina que a educação seja direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos poderes públicos, e que deve ser garantido o ensino primário integral e de frequência obrigatória, extensivo a adultos.

O ensino primário não recebeu, por parte da República, melhor acolhida do que a que tivera anteriormente. Embora tenha sido decretada a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário, este não pôde ser efetivado por causa da falta de escolas e das condições de vida de grande parte das crianças em idade escolar.

No Período Ditatorial, que abrange o período de 1937 à 1945, concretiza-se o caráter dual da Educação, a formação profissionalizante para as classes populares e a formação científica e superior para as elites. Em 1945, 56% dos jovens de 15 anos ou mais eram analfabetos, afirma Ferrari (apud Moll, 1997, p. 27).

Foram criados, em 1947, no Ministério da Educação e Saúde, um Serviço de Educação de Adultos e um Plano Nacional de Educação Supletiva para Adolescentes e Adultos Analfabetos, dando início à mobilização nacional da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos.

Em 1952, nasceu a Campanha Nacional de Educação Rural e, em 1958, em pleno governo de Juscelino Kubitschek, a campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, que tinha o mesmo objetivo do anterior, isto é, extinguir o analfabetismo. A partir de 1961 tal atividade começou a declinar por falta de recursos, vindo a ser extinta dois anos depois. Porém, mais uma vez, as campanhas não lograram sucesso.

A Lei nº. 4.024/61 trouxe grandes mudanças na estrutura do ensino e na organização curricular. Quanto à estrutura, é criada a educação pré-escolar, e implantam-se mudanças no ensino primário, que deveria ser ministrado no mínimo em quatro séries anuais, sendo que a duração poderia ser ampliada até seis anos pelos sistemas de ensino; já os currículos deixavam de ter padrões rigorosos, admitindo-se certa variedade. Nesse contexto, considerando a necessidade da discussão popular nos planos educacionais, surgiram vários grupos dispostos a corrigir as distorções a favor da educação popular.

## **6. A Educação Fundamental no Período Ditatorial**

Nesse espaço de discussão dos ideais dos movimentos populares, aparece em destaque o nome de Paulo Freire, e vêm à tona algumas de suas propostas educacionais. Seus princípios previam: a pesquisa para o levantamento de dados, a problematização, a discussão, a análise e a conscientização.

Estava criada uma proposta de alfabetização para adultos que foi reconhecido e adotado em países africanos e em algumas atividades alfabetizadoras em nosso país. Com o objetivo de alfabetizar cinco milhões de brasileiros no prazo de um ano foi criado, em janeiro de 1964, o Plano Nacional de Alfabetização.

No Brasil, a utilização do rádio e da televisão para fins educacionais começa a ser mais bem dimensionada com a criação das escolas radiofônicas. O Movimento de Educação de Base (MEB), de iniciativa dos bispos do Nordeste, obteve da UNESCO, em 1968, entre 48 países, o prêmio Reza Pahlevi,

oferecido pelo Irã ao mais eficiente programa de alfabetização do mundo. Com o golpe militar de 1964, deu-se a estagnação desses projetos.

Durante a Ditadura Militar, de 1964 a 1985, realiza-se uma Operação Escola, para obtenção de um diagnóstico educacional em nível nacional. Dentre as mudanças implementadas no setor da educação nesse período, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº. 5.692/71), no capítulo 4, instaura o ensino supletivo, que se estenderia desde a iniciação no ensino de ler, escrever e contar. Portanto, da alfabetização e educação inicial de adultos, até os cursos de madureza, utilizando o rádio, a televisão, a correspondência e outros meios de comunicação. Nesse período o índice de analfabetismo era de 27,56. (Romanelli, 1998 p. 75)

Para Torloni (1987), as crianças excluídas do processo de aprendizagem avolumam a estatística do analfabetismo adulto, num fluxo que só se interromperá quando o País decidir atender às necessidades de escolarização primária total.

## **7. Dados Atuais da Educação Fundamental Brasileira**

A Constituição promulgada em 1988 ratifica mais uma vez, como em outros momentos históricos, a educação como direito de todos e dever do Estado e da família. O dever do Estado para com a educação é atrelado à garantia de ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que não tiveram acesso a ele na idade apropriada. Ainda no artigo 60 das Disposições Transitórias, ficou determinado que, dez anos após sua promulgação, fosse superado o problema do analfabetismo adulto no País. Em 1999, reafirma-se a distância entre o proclamado e o real, como característica expressa ao longo da história brasileira.

Ainda como decorrência da Constituição de 1988, houve o reconhecimento e a abolição de uma discriminação injusta e antidemocrática com relação aos analfabetos, o direito ao voto, uma vez que anteriormente o analfabeto não tinha direito nem obrigações eleitorais.

Com base no quadro da educação no Brasil e nos compromissos assumidos internacionalmente, o Ministério da Educação e do Desporto coordenou a elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003). Tal Plano, em consonância com o que estava estabelecido na Constituição, afirma a necessidade e a obrigação, por parte do Estado, de elaborar parâmetros claros no campo curricular, capazes de orientar as ações educativas do ensino obrigatório, de forma a adequá-los aos ideais democráticos e à busca da melhoria da qualidade do ensino nas escolas brasileiras.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº. 9.394), aprovada em 20 de dezembro de 1996, consolida e amplia o dever do poder público para com a educação em geral e, em particular, para com o ensino fundamental. O ensino proposto pela LDB está ligado ao objetivo maior do ensino fundamental, que é o de proporcionar à população formação básica para a cidadania.

De acordo com a publicação do Ministério da Educação - Educação Brasileira, Política e Resultados (Brasil, 1999, p. 24) o Brasil segue exibindo uma das taxas de analfabetismo mais elevadas da América Latina na população com 15 anos ou mais de idade: era de 20,1% em 1991, e caiu para 14,7% em 1997, o que corresponde em números absolutos a cerca de 15,8 milhões de pessoas, contingente superior à população total da maioria dos países da região.

Nos anos 90, o País avançou para a reversão deste quadro, intensificando o esforço de universalização do ensino fundamental. Esta política promoveu um declínio acelerado do analfabetismo nos grupos etários mais jovens. O percentual de crianças na faixa etária de 7 a 14 anos que frequenta o ensino fundamental passou de 89,1% em 1994, para 95,5% em 1999.

Ainda, visando reduzir o analfabetismo ações imperativas vêm sendo desenvolvidas, uma delas que aborda a alfabetização de jovens e adultos é a do Conselho da Comunidade Solidária, com o Programa Alfabetização Solidária. Este é um modelo de parcerias, que pressupõe a participação de diversas esferas da sociedade. Outra iniciativa do governo federal é o Brasil Alfabetizado, atuando, também, para reduzir o índice de analfabetismo, o qual continua elevado, conforme dados estatísticos do IBGE Censo 2000, o Brasil conta com uma população analfabeta, entre 15 anos ou mais, da ordem de 16.294.889 habitantes, tendo uma taxa de analfabetismo equivalente a 13,63% da população total.

Os programas de educação básica de adultos parecem não ter encontrado ainda o caminho para aqueles que nunca passaram pela escola, ou para aqueles que não são mais considerados produtivos pela sociedade; nesses casos o descompromisso social se torna evidente. Atualmente, fatores sociais e políticos são apontados como relevantes para explicar o fracasso da alfabetização de adultos, e, a nosso ver, a vontade política seria crucial.

Para Werebe (1997), a mobilização de todos os setores da vida nacional – políticos, representantes e responsáveis da sociedade civil, universitários, cientistas, autoridades escolares, educadores, alunos, pais de

alunos etc. – será indispensável para que se possa enfrentar com sucesso os principais problemas educacionais. Essa mobilização só será possível se a educação constituir um projeto nacional, reconhecidamente importante e prioritário.

Nessa perspectiva, acreditamos, assim como Sequeiros (1997), que a solidariedade é vital para que a sociedade possa ser mobilizada para tais problemas educacionais. A educação para a solidariedade deveria estar presente no projeto curricular, provocando uma mudança conceitual, metodológica e, sobretudo, de atitudes, necessária para a transformação dos sistemas de valores que fundamentam a consciência de uma vida mais solidária.

A solidariedade como categoria ética, como atitude que leva a assumir compromissos eficazes de transformação das raízes geradoras do desequilíbrio e da injustiça, deve gerar uma sensibilidade eficaz e transformadora da própria pessoa que reorganiza sua vida em outra direção: a da solidariedade, da responsabilidade e da justiça.

A escola que essa maioria freqüenta é uma escola punitiva, que reprova, frustra e exclui. Os professores são, em geral, mal preparados, recebem salários irrisórios e trabalham, na maioria das vezes, em condições precárias. As desigualdades regionais são gritantes, sendo enormes e insuportáveis às deficiências encontradas nas zonas mais pobres do país. Segundo Paulo Freire (2001), os educandos brasileiros deveriam saber que a luta em favor do respeito aos educadores e à educação inclui a briga por salários menos imorais, e como uma questão da prática educativa, esta luta passa a ser uma prática da ética em sala de aula.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O processo de alfabetização no Brasil, em sua dimensão histórica, revela-nos que, desde o seu início, na educação jesuítica, o que prevaleceu no sistema educativo foram as profundas desigualdades sociais. O ensino sempre foi privilégio da classe dominante, com alto poder aquisitivo, contrastando com a precariedade do letramento da população de baixa renda, situação que continua sendo um grande desafio para a sociedade brasileira e, em geral, para nós educadores.

Embora a política educacional brasileira tenha passado por várias mudanças e certamente com avanços na legislação, ainda se revela inoperante diante da realidade brasileira, e não conseguiu realizar transformações substanciais. Os graves problemas da educação foram ignorados: a falta de vagas nas escolas, os entraves à educação popular (analfabetismo, evasão, repetência), a melhoria na formação do professorado e a preocupação com a heterogeneidade da população.

Nesse sentido, por meio dos dados atuais, consideramos que o índice de analfabetismo continua alto, a sociedade brasileira não vem se revelando capaz de incorporar os adultos à cultura letrada, nem de alfabetizar os membros de cada nova geração, perpetuando assim o alto índice de analfabetismo.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, M.L.A. *História da Educação*. São Paulo: Moderna, 1989.

BRASIL. Ministério da Educação. *Educação Brasileira, Política e Resultados*. Brasília: INEP, 1999.

FREIRE, A.M.A. *Analfabetismo no Brasil*. Da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista, ou de como deixar sem ler e escrever desde as Catarinas (Paraguai), Filipinas, Madalenas, Anas, Genebras, Apolônias e Grácias até os Severinos. São Paulo: Cortez, 1993.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia - saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

MADEIRA, V.P.C. *O Desafio Fundamental do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania – PNAC*. Em Aberto, Brasília, 1992.

MOLL, Jaqueline. *Alfabetização Possível: Reinventando o Ensinar e o Aprender*. Porto Alegre: Editora Mediação, 1997.

MONTEIRO, J.M. *Negros da Terra – Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ROMANELLI, O.O. *História da Educação no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

SEQUEIROS, L. *Educar para la Solidaridad*. Barcelona. Espanha: Ediciones Octaedro, 1997.

TORLONI, H. *Estudo de Problemas Brasileiros*. São Paulo: Pioneira. 1987.

XAVIER, M.E. et al. *História da Educação: a escola no Brasil*. São Paulo: FTD, 1994.

WEREBE, M.J.G. *Grandezas e Misérias do Ensino no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1997.